

TRAXECTORIAS E RETOS

ISSN: 1887-2417
D.L.: C-3317-2006

A Conferência Internacional Infanto-juvenil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: uma experiência, muitos desafios

The International Portuguese-speaking Countries Children and Youth Conference: one experience, multiple challenges

Joana Amaral. Técnica do Projeto Conferencia Internacional Infantojuvenil na CPLP- Ministério de Educação (Brasil)

Resumo

Entre abril de 2009 e junho de 2010, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa envolveu, sob a coordenação do Ministério da Educação do Brasil, seus oito Estados Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) na realização das etapas preparatórias para a Conferência Internacional Infantojuvenil (Confint), realizada em Brasília, de 5 a 10 de junho de 2010. A Confint consiste em uma campanha pedagógica e de um processo construtivista no qual os participantes se reúnem, deliberam sobre os temas propostos, tendo como foco as Mudanças do Clima, e escolhem representantes de 12 a 15 anos que levam das escolas, as regiões, e logo às capitais as responsabilidades de jovens para cuidar de suas comunidades.

Este artigo pretende descrever as etapas realizadas no contexto da CPLP, além de analisar o processo com base nos critérios desenvolvidos pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa. Ao longo deste ano de trabalho, foram muitas as lições aprendidas: o reconhecimento da importância de fortalecer as instituições; o respeito e valorização da riqueza e especificidades culturais, étnicas, educacionais; as diversas formas de pensar e agir, etc. Com a certeza de que não há apenas uma verdade, nem verdades a serem ensinadas, e sim processos a serem compartilhados e dialogados.

Abstract

From April 2009 to June 2010, the Community of Portuguese-speaking Countries carried out the preparatory stages for the International Children and Youth Conference (Confint), held in Brasilia from 5 to 10 June 2010, under the co-ordination of Brazil's Ministry of Education, in the eight Member States (Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, São Tome and Príncipe and East Timor). The Confint is an educational campaign in a constructivist process in which participants meet and deliberate on the topics proposed, focusing on Climate Change, and choose representatives aged between 12 and 15 who are then responsible for young people's caring for their communities at schools and in different regions and capitals.

This article aims to describe the different stages carried out in the context of the CPLP

(Community of Portuguese-speaking countries), beyond analysing the process based on criteria drawn up by the International Observatory of Participatory Democracy. Throughout this year of work, many lessons were learned: realising the importance of reinforcing institutions, respect for and assessment of cultural, ethnic and educational wealth and unique characteristics, different ways of thinking and acting etc. We are convinced that there is not just one truth or truths to teach; there is a process and we have to share and talk.

Palavras chave

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cooperação internacional, educação ambiental, participação.

Key-words

Community of Portuguese-speaking Countries, international co-operation, environmental education and involvement.

Apresentação

O Ministério da Educação do Brasil (MEC), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), realizou entre abril de 2008 e junho de 2010 um projeto de cooperação multilateral no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conhecido como Confint na CPLP, e oficialmente denominado Conferência Internacional Infantojuvenil: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP.

O processo foi realizado no âmbito da organização da Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta (Confint), realizada com a participação de 43 países, entre 5 e 10 de junho de 2010. A Confint é fruto da experiência brasileira na organização de três Conferências Nacionais Infantojuvenis em 2003, 2006 e 2009, o que levou a diversas organizações internacionais insistirem que houvesse o

compartilhamento do processo com outros governos. Assim, o MEC convidou os ministérios de educação e meio ambiente do mundo a organizarem processos participativos de conferências nas escolas, seguidas de conferências regionais ou nacionais, com a elaboração de uma Carta das Responsabilidades e a eleição de uma delegação.

Este artigo pretende descrever as etapas realizadas pelos países da CPLP, a saber, a formação de Comissões Organizadoras Nacionais nos sete países; a elaboração, produção e distribuição de um Passo a Passo para as Conferências nas Escolas; a formação de facilitadores (professores e jovens), as Conferências nas Escolas e as Conferências Nacionais, além de analisar o processo com base nos critérios desenvolvidos pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa serão utilizados para analisar o processo vivenciado nestes 18 meses de trabalho.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A CPLP é uma organização adolescente, com 14 anos de existência. É o único espaço multilateral resultante do processo colonizador que teve sua constituição a partir da vontade dos países já independentes. A Commonwealth de língua inglesa, e a francófona foram criadas ainda no período colonial. A CPLP possui como pilares a concertação diplomática na busca pelo diálogo e entendimento internacional; a cooperação internacional como mecanismo de compartilhamento de experiências, tecnologias, políticas públicas; e a promoção da língua portuguesa, sexto idioma mais falado do mundo, por 245 milhões de pessoas. É por ser adolescente, que está em constante transformação, adaptação do sonho de seus idealizadores.

Comunidade apenas pode ser constituída se houver alguma relação emocional, afetiva entre as sociedades, o que Mourão chama de mínimo de mitologia cultural partilhada. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, comunidade significa também “a qualidade daquilo que pertence a muitos ou a todos (...) que tem em comum uma nacionalidade, uma língua, e um passado histórico e cultural”, atribuindo a CPLP o caráter de comunidade, na comunhão de interesses e uma ação baseada na cooperação (Pinto, 2004:289).

A CPLP nasceu em 1996, quando surgiu um movimento, principalmente vindo de Brasil e Portugal, em reunir em uma plataforma diplomática os sete países ex-colônias portuguesas, com o intuito principal de promover a língua portuguesa, ademais da concertação político-diplomática e a cooperação internacional. Quatorze anos depois, a CPLP vive um momento de revisão e adaptação ao contexto geopolítico, e as aprendizagens de seu processo de formação, na busca pela configuração de uma organização ativa e operativa, que vença os desafios de se ter um secretariado operativo capaz de mobilizar e estimular a execução das centenas de recomendações e deliberações presentes nas declarações assinadas neste contexto. Soma-se a isso, o fato de, principalmente nos países africanos, os interlocutores setoriais terem pouca autonomia, já que tudo é decidido pela presidência do governo (Mourão, 2003).

Benalva da Silva Vitorio (2003) ressalta que para compreender a nossa identidade é preciso conhecer o Outro, mesmo sem saber a sua língua; é preciso contar as histórias da nossa gente, preservando a memória como patrimônio e legado aos nossos jovens. Estamos, pois, de acordo com a advertência de Davi Yanomami, na abertura do ciclo de conferências sobre os 500 anos do Brasil: “Os brancos desenharam suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Há muito tempo guardamos as palavras de nossos

antepassados dentro de nós, e as continuamos passando para nossos filhos”.

Portanto, para que a CPLP constitua sua identidade como comunidade, tendo a solidariedade entre estados fortes e fracos como prioridade, precisará saber ouvir a voz dos silenciados, entender a lógica tradicional de suas populações, em especial para se aventurar nos programas e ações de cooperação internacional e fazer delas políticas públicas “enraizadas” nos países.

Mesmo sendo a língua portuguesa o fio que enlaça a comunidade dos países falantes, há distintas posições sobre os verdadeiros interesses da formação de uma comunidade feita por populações extremamente heterogêneas: há quem acredite que é um interesse neocolonialista de Portugal e Brasil em fomentar uma conti-

nuidade das relações entre os países, em especial para fins econômicos abrindo frentes de negócios no poder público e privado, o que provoca grandes dúvidas sobre a real vocação da CPLP.

É de se enfatizar a importância dos contextos regionais de cada país: a CPLP é formada por países com imensa interação com seus vizinhos, o que dificulta ainda mais sua aproximação e a priorização de sua pauta em cada Estado Membro. Isso influi diretamente na língua. Portugal e Brasil, para além do Português devem buscar cada vez mais a utilização do Espanhol e do Inglês para favorecer a articulação regional, em especial na Comunidade Européia e Merco Sul, respectivamente. No entanto, os países africanos e Timor-Leste podem ainda tentar conservar as línguas e dialetos nacionais em meio à pressão da



Figura 1. Mapa dos países da CPLP, extraído do Passo a Passo.

língua portuguesa, e do Frances e Inglês, idiomas de seus vizinhos comerciais.

A Confint na CPLP

Tal como referido anteriormente, o governo brasileiro idealizou o Projeto Confint na CPLP para coordenar uma ação coletiva na CPLP, apoiando os processos de conferência nas escolas e nacionais (Figura 1).

O Projeto foi estruturado buscando concretizar as seguintes fases:

- *Conferência de Meio Ambiente nas Escolas*: a escola, onde se dá a riqueza dos debates temáticos e a eleição de delegados, se torna um local privilegiado de participação democrática e de construção do conhecimento. O apoio por parte do Projeto seria o de formar facilitadores dos processos nas escolas
- *Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente*: realizada em cada país para o aprofundamento dos debates temáticos e a eleição de delegados nacionais, com procedimentos claros para a participação de delegados das escolas que fizeram suas Conferências.
- *Conferência Internacional Vamos Cuidar do Planeta*: encontro das delegações eleitas nas Conferências

Nacionais de todos os países em um ambiente intercultural de intervenção política e de aprendizagem coletiva. Da Conferência Internacional sairia uma Carta coletiva, sintetizando os compromissos e co-responsabilidades das crianças e jovens para a construção de sociedades sustentáveis.

A primeira reunião de apresentação e articulação do Projeto foi realizada durante o Encontro de Observadores Internacionais (Brasília, abril 2009), onde estiveram presentes dois representantes de cada um dos países de língua portuguesa, e de outros 40 países. Nesta ocasião, foram convidados representantes dos respectivos Ministérios de Educação e dos Conselhos Nacionais de Juventude, com vistas à composição de Comissões Organizadoras Nacionais (CONs) que envolvessem a juventude organizada e os sistemas de ensino de cada país.

A etapa seguinte foi a elaboração do material didático pedagógico, composto pelo Passo a Passo – guia metodológico de apoio às Conferências nas Escolas – e por textos nacionais elaborados pelas CONs sobre as principais questões e problemáticas socioambientais específicas de cada território. Foram produzidos 15 mil exemplares do material, divididos proporcionalmente ao número de escolas participantes em cada país, e distribuídos internamente pelas CONs.



Figura 2. Formação de facilitadores em São Tomé e Príncipe

O material serviu também de base para a formação de facilitadores nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. No total, foram formados 250 professores e 36 jovens de todas as províncias, ilhas e regiões destes países. Os facilitadores formados foram responsáveis por mobilizar e realizar as Conferências nas comunidades escolares que freqüentavam e debateram sobre suas realidades locais, assumindo responsabilidades e ações, e elegendo os delegados e delegadas de 12 a 15 anos

para as Conferências Nacionais. Os países realizaram Conferências Nacionais com amplo envolvimento das escolas, instituições e jovens comprometidos com o processo e interessados em conhecer as realidades de outras regiões.

Angola foi o país que envolveu maior número de escolas nas conferências. No entanto, Cabo Verde envolveu a totalidade de escolas, mesmo considerando as dificuldades inerentes ao país insular. Na



Figura 3. Conferências nas escolas da Guiné Bissau

Guiné Bissau participaram escolas em todas as regiões do país, o que pressupõe a superação das imensas dificuldades estruturais de acesso às mesmas, igualmente demonstrada no Timor-Leste, onde 13 escolas, de todos os distritos participaram do processo. São Tomé e Príncipe optou por abrir às escolas primárias também, mesmo que sem a eleição de delegados.

A Conferência Nacional Infantojuvenil reuniu em Angola 243 delegados de todas as províncias. Cabo Verde realizou conferências em todas as escolas e 90 delegados representaram todas as ilhas. Na Guiné Bissau, os 100 delegados eram provenientes de conferências escolares e regionais realizadas nas nove regiões do país. Timor Leste realizou conferências em 13 escolas de todos os distritos e, em Díli, 109 delegados participaram da Conferência Nacional, com a eleição de quatro deles para a Confint. Oitenta delegados se concentraram em Lisboa, vindos das cinco regiões de Portugal e São Tomé e Príncipe reuniu na capital 100 delegados e delegadas de

todas as escolas primárias e secundárias.

Apenas Moçambique não realizou Conferência Nacional e não esteve presente na Confint, ainda que tenha realizado um amplo processo de mobilização e realização de diversas formações de professores e Conferências nas escolas.

Além dos resultados expressivos de fortalecimento da educação ambiental nos sistemas de ensino, este projeto conseguiu ampliar a comunicação entre os países no âmbito dos Ministérios de Educação e organizações da sociedade civil. Com isso, ampliou o intercâmbio de experiências entre os diversos profissionais, inserindo na pauta da cooperação lusófona a educação ambiental como estratégia para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e formando jovens comprometidos com a sua realidade.



Figura 4. Conferência Nacional em Cabo Verde

Analizando a participação

A partir da compilação e análise dos documentos e das reflexões geradas no processo de observação, podemos destacar algumas questões de avaliação organizadas de acordo com os critérios do Observatório Internacional de Democracia Participativa. Anduiza e Maya oferecem quatro âmbitos em forma de perguntas: Quem participa; Em que participa; Como se participa; e Quais as conseqüências da participação. O Guia de Avaliação de processos participativos do Observatório Internacional de Democracia Participativa apresenta uma série de critérios, que a seguir são descritos da maneira compilada por Sousa (2001).

A coordenação do processo

Trabalhar com o conceito de consenso não é algo trivial justamente por que os conflitos geram debates significativos e aumentam a qualidade das decisões. Ao serem convidados para organizar os processos de conferência, os ministérios de educação, ambiente e os conselhos nacionais de juventude foram também convidados a contribuir com os distintos olhares, e a enfrentar as diferenças presentes em suas concepções e prerrogativas institucionais. O consenso entre os participantes das CONs pôde ser influenciado pelo fato de que foram convidados a participar, e havia uma indicação superior, vinda dos diplo-

matas membros da plataforma CPLP, dos dirigentes de suas instituições. No entanto, o consenso também teve de ser trabalhado para que o planejamento das ações pudesse ser compartilhado de forma integral, e que gerasse um compromisso por parte dos técnicos e gestores envolvidos. De nada adiantaria as deliberações dos chefes de Estado ou ministros se não há um consenso por parte dos executores das idéias, aqueles que irão implementar, no campo, as iniciativas propostas.

Dessa forma, desde o princípio, no Encontro de Observadores Internacionais, amplos debates foram gerados, concentrados nas questões de quais instituições formariam as CONs e de como seriam tratadas as contrapartidas de cada país, ou de cada instituição. O consenso foi amplo no que se refere à necessidade da participação social e da cooperação internacional para a geração da mudança de valores e do comportamento das pessoas, na busca pela melhoria da qualidade de vida. Porém, os processos nacionais deveriam ser tratados de acordo com cada caso, com as características de cada país. O processo participativo foi reconhecido como fundamental na transformação da realidade, e foi facilmente compreendido devido à observação da Conferência Nacional Infantojuvenil, realizada no Brasil.

Ainda que tenha sido consenso em admitir que a participação fosse o carro chefe da Confint na CPLP, a palavra concurso

foi amplamente empregada, em especial em Portugal e em Cabo Verde. Isso pode refletir certo receio de que a participação traga uma liberdade de expressão e uma dificuldade metodológica que um concurso alivia. Um concurso é algo que todas as escolas participam e ganha o melhor. Nos processos de participação as lideranças aparecem naturalmente, mas estas devem estar cientes de que não apenas representam as idéias consensuadas, mas devem lutar para que haja mais liberdade e maiores espaços de expressão de todos.

A Transversalidade foi algo sugerido pela coordenação do Projeto, quando se anunciou a vantagem de se envolver diversas áreas de trabalho e conhecimento, sendo as primeiras e mais importante as de educação, ambiente e juventude. As dificuldades apareceram especialmente na disputa pelo poder, na busca pelo protagonismo, e mais ainda, na tentativa de promover a instituição à custa do trabalho de outros. A diversidade, elemento intrinsecamente ligado à transversalidade, obriga os interlocutores a abrirem mão e aprenderem a incorporar elementos provenientes de outras maneiras de ver o processo, e mais difícil ainda é quando novos interlocutores vão se somando no meio ou no fim do processo.

A temática da Confint exige que haja transversalidade. Seria necessário envolver os especialistas e as instituições de outras áreas, como recursos hídricos, geografia, cultura, linguística, e várias outras. Assim,

os debates ganhariam um salto qualitativo enorme, e passariam a contar com profissionais qualificados, que poderiam auxiliar nas tomadas de decisão e nas ações de intervenção. Tudo isso seria possível se no planejamento das conferências nacionais isto fosse enunciado, e que houvesse consenso de sua necessidade, e, mais ainda, que houvesse uma abertura por parte das instituições em receber novos olhares, que muitas vezes trariam consigo o conflito para a arena dos debates.

A Iniciativa e liderança do Ministério da Educação do Brasil trouxeram legitimidade para o processo, pelo peso institucional de um Ministério, mas também pelo papel de destaque que o Brasil tem na CPLP. A aceitação foi imediata por parte de todos os países.

Ao compartilhar a liderança e estimular que as iniciativas fossem tomadas nos planos nacionais, o projeto ganhou outra dimensão, a de gestão compartilhada, como já citado anteriormente. Porém, a legitimidade interna esbarra na liderança e iniciativa de alguns poucos que se ocupam da coordenação do processo e que tem dificuldades no trabalho em equipe. Isso muitas vezes pode travar o desenvolvimento das ações, pois estas ficam em mãos daqueles que não possuem perfil de liderança, e que não mobilizam parceiros fundamentais. A falta de liderança pode explicar o complicado desfecho do processo de Moçambique. Ainda que tenha sido respaldado pelo

seu Ministério da Educação, ao longo do processo observou-se um enfraquecimento do apoio, e uma insegurança em relação à possibilidade de êxito das ações. Não apenas em relação à captação de recursos, mas a de manter os membros da Comissão Organizadora Nacional mobilizados até o fim, enfrentando as dificuldades. Não basta com ter uma instituição forte na coordenação, mas, e antes de tudo, deve-se contar com gestores e técnicos capazes de coordenar os processos, explicitar as dificuldades e manter os participantes mobilizados, confiantes e comprometidos.

Provavelmente nem todos os envolvidos na coordenação do processo sabiam da dimensão e tinham clareza de objetivos do Projeto. A Confint na CPLP foi formulada para apoiar a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental da CPLP. No entanto, sua característica dinâmica e o pouco tempo para sua implementação não deixaram espaço para um objetivo maior. A coordenação do Projeto tampouco ajudou a afirmar os objetivos de continuidade, talvez temendo a sobrecarga da proposta, ou ainda por não saber exatamente como aproveitar as discussões para sistematizar questões e incorporá-las em uma proposta de Programa.

Nesse caso parece que os objetivos ficaram reduzidos à realização das etapas de conferências, e não foram considerados os que previam a continuidade da educação ambiental nos sistemas de ensino da

CPLP, eixo de educação formal previsto para o Programa. É certo que as etapas de conferências compreendiam uma carga enorme de trabalho, o que, em muitos casos fez com que gestores e técnicos passassem a trabalhar exclusivamente para isso. Mas por outro lado, o fato de não haver um esforço para o planejamento da continuidade, da elaboração de um programa mais amplo, trouxe ao projeto um caráter totalmente pontual, como tantos outros.

Com um prazo extremamente curto e um processo amplo de mobilização, o planejamento da ação internacional não abriu muitas possibilidades para a participação das CONs. O único espaço de participação direcionado ao planejamento das ações internacionais foi o Encontro de Observadores, que possibilitou a contribuição dos participantes, mas não de maneira sistemática, organizada o suficiente para se configurar como um planejamento participativo, mas mais como um entendimento comum do processo e um compartilhamento de expectativas e perspectivas.

Os processos nacionais foram planejados durante as formações de facilitadores e isto contribuiu em diversos aspectos. No caso dos países africanos, que realizaram formação de facilitadores, as CONs puderam compartilhar o planejamento com os professores, permitindo a troca entre os diversos interesses e olhares, e compartilhando as responsabilidades e o compro-

misso com a metodologia, e, sobretudo, com a participação dos estudantes.

O aspecto recursos financeiros e contrapartidas foi algo trabalhado durante todo o processo. Inicialmente o Projeto contava com um orçamento, que foi sendo adaptado ao longo do tempo, de acordo com o desenvolvimento dos processos nacionais e das necessidades imprevistas. O orçamento participativo seria algo desejado para um projeto desta envergadura, já que com isso, poderiam ser tratadas com solidariedade as diferenças estruturais de cada país, mas também implicaria em uma coordenação e mediação, educacional para todos os envolvidos, mas que acarretaria em uma complexificação do processo de decisão, que, feito à distância, poderia gerar conflitos indesejados.

Quem participa

A quantidade de participantes é sempre melhor quanto maior for o número de pessoas envolvidas, é sempre desejada ampla participação, a totalidade das escolas, professores e gestores. Quando foram produzidas 15 mil exemplares do material pedagógico, o Passo a Passo poderia ser enviado a 15 mil escolas, mas seria impossível em tão curto prazo. A quantidade de participantes esteve a critério das CONs, que tentaram envolver o máximo de escolas e professores, dentro dos recursos oferecidos, e das possibilidades de mobilização de recursos internos. Ainda assim,

a quantidade de participantes superou as expectativas da coordenação do Projeto.

O problema da quantificação de pessoas e escolas envolvidas reside no fato de não ter sido prevista uma sistemática de coleta dos dados numéricos de participantes. Foram elaborados e distribuídos alguns instrumentos de coleta de dados, como os Questionários para Facilitadores, utilizados nas formações de facilitadores nos PALOPs, e os Relatórios de Conferências nas Escolas, distribuídos durante as Conferências Nacionais. Mas sem incentivos e sem uma cultura de sistematização de dados, necessários para auxiliar e estimular o levantamento dos mesmos, a coleta de dados conseguiu levantar poucas informações, dirigidas a poucas escolas, o que não contribuiu para uma análise substancial dos dados, e nem mesmo o seu cálculo geral.

Em parte isto se deve a pouca insistência da coordenação, e por outra, o pouco costume de coleta e sistematização de dados por parte da maioria das instituições governamentais. Nesse sentido, o envolvimento de instituições acadêmicas poderia ter contribuído para este acompanhamento e para a avaliação dos processos nacionais. Não houve participação de nenhuma universidade ou instituição de ensino superior nas CONs, o que poderia ter favorecido diversas etapas dos processos nacionais, desde a elaboração dos textos nacionais, à presença de especialistas nas formações

de facilitadores, no acompanhamento do processo, no envolvimento de pesquisadores e estudantes para a publicação e estudo das conferências nas escolas, e com isso a sistematização e levantamento de dados sobre o número de participantes, perfil, envolvimento, transformações concretas nas comunidades, etc.

A diversidade de participantes compreendeu instituições governamentais, movimentos de juventude, organizações não governamentais, jornalistas, estudantes do ensino secundário. As perspectivas e pontos de vista são diferentes, mas a qualidade dos debates depende muito do conhecimento e das experiências dos participantes. Para uma primeira experiência de mobilização para a participação, a diversidade de atores foi satisfatória, por que se primou pelo envolvimento de professores, escolas e profissionais de todas as regiões dos países.

Algumas escolas convidaram para suas conferências lideranças locais, administradores, profissionais de diferentes áreas e familiares dos estudantes para participarem dos debates. A dificuldade está em garantir a facilitação do processo, a metodologia necessária para permitir a troca de saberes e para vencer as hierarquias entre homens e mulheres, entre professores e estudantes, entre autoridades e sociedade civil. A diversidade pode se apresentar na presença de diferentes pessoas, com distintas atribuições. Porém, sem uma inten-

cionalidade em garantir a voz e o respeito pelas diferentes opiniões, a diversidade se restringe àqueles que têm o poder e a legitimidade para participar, e que dependem da abertura e dos valores culturais da comunidade.

Representar as deliberações das conferências nas escolas é uma questão simples, mas que parece ter menos impacto do que ganhar um concurso na escola. Percebe-se, pelo depoimento de alguns participantes, que foi difícil escapar, nas conferências nas escolas, da eleição dos estudantes mais destacados socialmente, seja pela beleza física, ou por que é um bom jogador, ou uma boa dançarina. Foram questões amplamente debatidas nas formações de facilitadores, e algo identificado como desafio a se superar, já que a cultura geral é influenciada pela televisão e meios de comunicação, que incentivam a nova geração a terem os valores capitalistas, de beleza, de riqueza, de conquista pela força, etc. As conferências foram oportunidades para rever estes conceitos, mas, novamente, dependeriam da habilidade dos facilitadores de trazer estas questões e incentivar a representatividade pelo debate, pelas contribuições conceituais e práticas do estudante, por sua capacidade comunicativa, pelo seu envolvimento e compromisso.

As conferências nas escolas que contaram com um maior grau de abertura do processo, e convidaram a população local

a participar, seguramente ampliaram o potencial transformador da ação, e reconheceram que a escola pode ser um local de mobilização da comunidade. Reconheceram também que as ações e responsabilidades são compartilhadas e devem ser assumidos por toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, funcionários, familiares, lideranças comunitárias, profissionais de todas as instituições locais.

Cabe destacar a expressiva participação das comunidades nas escolas da Guiné Bissau onde os “chefes de tabanca”, líderes tradicionais, têm um papel central na comunidade, e contribuem substancialmente com o conhecimento do histórico de ocupação, e da origem dos problemas socioambientais. Estes pontos de vista são fundamentais para ampliar a qualidade dos debates. Sem estas pesquisas, entrevistas e visita a campo, a conferência na escola estará reduzida a debates com pouco fundamento e superficiais.

Sobre o quê se participa

As questões socioambientais vêm sendo incorporadas na pauta das políticas públicas das mais diversas áreas: educação, meio ambiente, desenvolvimento territorial, energia, transporte, estruturas. Porém, nos países em desenvolvimento, e países com baixos Índices de Desenvolvimento Humano, as ações se resumem à informação e programas pontuais, especialmente

direcionados aos resíduos sólidos e desflorestamento, que afeta a maior parte das comunidades dos países da CPLP.

A temática Mudanças do Clima compreende um grande desafio para as políticas públicas de educação e meio ambiente, em especial para o entendimento deste conceito, que muitas vezes é tratado com superficialidade, sendo simplificado ao aumento de temperaturas e mudanças no ciclo da chuva, sem a real compreensão dos diversos aspectos sociais e econômicos inerentes do desenvolvimento desenfreado, base para a sucessão de problemas.

A participação social deve resgatar e visar os debates sobre os temas e questões vividas pela comunidade. A temática mudança do clima foi por isso dividida nos temas Água, Terra, Energia e Ar, na tentativa de simplificar e de relacioná-los com o cotidiano das comunidades, com a situação dos rios e mares, com a biodiversidade e as florestas, com as matrizes energéticas e com a poluição e emissão de gases de efeito estufa. Ao trazer esta ampla e complexa temática para os aspectos específicos da realidade local, a conferência na escola pôde trabalhar com questões conhecidas pelas pessoas, e pôde, a partir de um texto nacional, relacionar com situações reais, de alta relevância para os participantes.

Muitas vezes os temas foram tratados com tanta especificidade, que ações como

“sensibilizar os adultos a não defecarem nas beiras dos rios” foram descritas na Carta das Responsabilidades “Vamos Cuidar de Angola”. Estas ações, ao alcance dos jovens delegados, estabelecem relações com a saúde ambiental das comunidades, com a contaminação dos solos e rios, etc. A participação neste caso contribui para as políticas públicas, pois envolve as comunidades no trabalho social e ambiental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em locais onde muitas vezes não há qualquer estrutura social para além de uma escola com estruturas mínimas.

Se olharmos para a Capacidade de intervenção do órgão responsável, neste caso as escolas e os Ministérios de Educação, veremos que as responsabilidades e ações construídas foram pensadas para serem implementadas pelos próprios estudantes e comunidade escolar, e não pelas instituições governamentais, mas sim junto a elas. No entanto, percebe-se pelas Cartas de Responsabilidades que esta questão nem sempre foi bem compreendida, como demonstra uma das responsabilidades assumidas pelos delegados da Guiné Bissau: “Responsabilidade: Exortar ao governo que deve evitar a importação dos carros velhos e engajar seriamente na evacuação dos lixos nas vias públicas e nos diferentes mercados do país. Acções: Criar uma lei sobre a importação dos carros velhos”. Parece impossível que os delegados e delegadas possam criar uma lei sobre importação dos carros velhos.

Como é a participação

Pode-se dizer que o processo central das ações realizadas em cada país foi o diagnóstico participativo realizado nas formações de facilitadores nos países africanos de língua portuguesa, e, à princípio em todos os países nas próprias conferências nas escolas, de acordo com a qualidade de cada processo. Nas formações de facilitadores, como descrito anteriormente, foram realizados diagnósticos participativos com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a importância das conferências e onde estas se encaixam, mas também, em especial em Cabo Verde e Guiné Bissau, pela solicitação dos próprios participantes.

O diagnóstico foi solicitado pelos participantes das formações de facilitadores para apoiar na realização das conferências nas escolas. Sendo eles os facilitadores dos processos nas escolas, e tendo a conferência um forte caráter investigador da situação das comunidades, os professores e jovens se viram interessados em conhecer um pouco mais sobre as próprias realidades. Sendo assim, nas formações foram realizadas discussões em pequenos grupos, que compartilhavam informações sobre a situação de suas regiões, de acordo com alguns temas abrangentes propostos técnicos brasileiros: cultura, sociedade, natureza e economia. Um elemento importante durante os debates foi a participação de profissionais da área socioambiental que complementavam com informações

de ordem científica os conhecimentos trazidos pelos professores.

A capacidade propositiva, ou seja, a abertura do processo para proposições dos participantes, aumenta a efetividade do processo especialmente pela ampliação do compromisso e empoderamento do mesmo. Significa que ao incluirmos no projeto, seja nas ações de coordenação, seja nos processos nacionais, as proposições, anseios e desejos dos participantes (CONs, facilitadores, gestores, diplomacia), provocamos uma maior co-responsabilidade sobre a implementação das ações, e ainda trazemos à cooperação internacional um caráter horizontal, participativo, construtivista.

A principal dificuldade para se ampliar a capacidade propositiva reside no fato de se ter que construir uma estrutura de mediação de interesses, e muitas vezes de conflitos entre as diferentes propostas, o que se complica tendo em conta o caráter de comunicação à distância estabelecido durante todo o processo, amparado por momentos presenciais, estes sobrecarregados de atividades e ações operacionais, planejamentos, discussões sobre a implementação do processo. O limite colocado pela coordenação na aceitação de novas propostas foi sempre respeitado, dado que muitas propostas consistentes foram sendo adotadas no meio do caminho, em especial relacionadas à alocação de recursos.

Considerando as conferências um espaço de participação dirigido às comunidades escolares, e com foco na participação dos estudantes, o grau de participação deve ser entendido dentro de um tempo, de um espaço e do poder que escolas e crianças possuem em suas comunidades, e sobre as políticas públicas nacionais. Dentro do tempo, temos que considerar que em praticamente 12 meses, tempo real de implementação do processo, descontado o tempo de articulação e estruturação da gestão, é um tempo consideravelmente curto para se trabalhar a formação de professores, muitas vezes lideranças nas comunidades, e as conferências nas escolas.

Com tão pouco tempo, ficou impossível ampliar o grau de participação, ou seja, utilizar os processos participativos vividos nas escolas para as políticas públicas nacionais, ou locais. Pode certamente ter contribuído de maneira mais sólida com a sensibilização dos participantes para a necessidade de se realizar pesquisas e debates nas escolas, e para trazer a dimensão ambiental para o contexto escolar, sem necessariamente utilizar-se de panfletos e palestras informativas, feitas pelos adultos.

Reunir informação necessária para que os debates e as formações de facilitadores pudessem acontecer foi um dos grandes desafios para o projeto. Como dito antes, as CONs muitas vezes tiveram dificuldade em levantar as informações relativas à situação

socioambiental do país, parte dos textos nacionais. Em parte, esta dificuldade se deve ao fato de que as informações, dados, investigações, e demais conteúdos estejam disponíveis fora dos países africanos e Timor, já que os estudos são realizados por instituições internacionais, que muitas vezes não se preocupam em fortalecer os bancos de dados nacionais. Em parte também, a qualidade da informação depende dos profissionais envolvidos na elaboração dos textos nacionais. Os países africanos e Timor não envolveram profissionais do campo socioambiental na elaboração dos textos, possivelmente por falta de tempo e de articulação. Em uma próxima experiência este eixo é algo que deve ser mais bem preparado: envolvimento da comunidade científica e de profissionais qualificados em cada país.

A coordenação executiva contou com profissionais qualificados nas metodologias necessárias para garantir o processo participativo junto às CONs e aos facilitadores. Métodos e técnicas para o diálogo favoreceram a participação e o nivelamento das desigualdades comunicativas nos diversos grupos. Sem a utilização de técnicas, atividades e procedimentos participativos que contaram com a experiência de especialistas em metodologias participativas, seria muito difícil atingir os resultados, em especial em relação ao planejamento das conferências nacionais.

Ainda que nas formações de facilitadores e nos encontros presenciais das CONs te-

nham sido pensadas as metodologias de participação e de facilitação de grupos, as conferências nas escolas podem ter carecido de um maior subsídio quanto a atividades participativas, que constavam no Passo a Passo para as conferências nas escolas, mas que poderiam contar com mais informações, técnicas e procedimentos para facilitar as discussões na escola. O Passo a Passo, metodologia para a conferência na escola, tentou deixar diversas questões em aberto para que os organizadores da conferência pudessem ter liberdade para escolher os caminhos e procedimentos de facilitação dos debates, e também para que o passo a passo não se configurasse como um guia metodológico fechado e impositivo.

Ainda assim, mais elementos que pudessem auxiliar o trabalho dos facilitadores (professores e jovens) seriam muito bem aproveitados. Observando nas formações de facilitadores e nas conferências nacionais, o material foi amplamente utilizado, viam-se pessoas lendo, jovens utilizando as informações nas discussões, partes grifadas, anotações feitas. O perfil do facilitador e atividades para se facilitar os debates foram trabalhadas durante as formações, mas poderiam ter constado no Passo a Passo, como um caderno dirigido a professores e jovens que facilitariam conferências.

Outra questão importante com relação à metodologia da conferência na escola foi trazida pela experiência da formação de

facilitadores da Guiné Bissau. Durante a formação, os professores e jornalistas presentes sentiram necessidade de saírem com um roteiro mais detalhado do processo de conferência. Isto demonstrou também a necessidade de produzir um guia mais simples e com atividades concretas a serem desenvolvidas. O importante, nesse caso, foi que o roteiro/guia foi desenvolvido pelos próprios participantes.

As conseqüências do processo

“Este projeto pode ser considerado a bandeira da CPLP”. Assim pronunciou o Diretor de Cooperação da CPLP durante a Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, realizada em Luanda, em julho de 2010. Possivelmente se deve ao fato de que todos os resultados foram alcançados e em um tempo muito curto. Pode ser também devido ao fato de que em um ano foram envolvidas diretamente mais de 500 escolas, em uma grande campanha pedagógica.

Os Resultados do Projeto foram atingidos, mas os resultados dos processos participativos desenvolvidos nas comunidades é algo que, para se conhecer, demanda uma ampla investigação com base na pergunta: o que fazem as escolas que fizeram conferências? Ou seja, as responsabilidades foram elaboradas a partir de estudos amplos ou superficiais, com ou sem visitas a campo, entrevistas às lideranças, as ações foram traçadas, mas, será que estão sendo postas em prática?

Foram tantos os objetivos traçados: pela coordenação executiva, pelas CONs, pelos facilitadores, pelos organizadores das conferências nas escolas. A legitimidade de cada processo participativo está em garantir que a participação se constitua como um meio para um fim, e não um fim em si mesmo. Em alguns países a implementação dos resultados é uma preocupação e algo que já vem sendo trabalhado. Em Angola o Ministério da Educação está criando sua coordenação de educação ambiental, responsável por, entre outras coisas, dar continuidade as conferências nacionais. Mas, e nas escolas? O que acontece com as responsabilidades assumidas se não há um grupo formado? Qual é a responsabilidade dos delegados que foram para a conferência nacional, e a dos facilitadores? Como apoiar a continuidade do processo desde a distância? Ficam diversas perguntas em aberto que deveriam ser respondidas.

No princípio do processo planejou-se a publicação de um livro, contendo todas as ações desenvolvidas, resultados quantitativos, participantes, entrevistas, imagens, tudo isto para contribuir com a devolução dos resultados, retornando aos participantes o registro do processo do qual eles foram protagonistas, cada um em sua base, em sua comunidade, dentro de sua atribuição. No entanto, devido aos problemas financeiros que debilitou o projeto em sua reta final, esta ação não pôde ser realizada.

A devolução dos resultados é algo que pode ficar em esquecido assim como a avaliação dos processos vividos, já que, ao final, estão todos cansados, desgastados, emocionados e o que querem é descansar, por que, afinal, pensar, debater, se comprometer, avaliar sua própria situação e conhecer outras melhores ou piores causas, e muito. Alguns professores diziam que cansa mais participar do que ver uma palestra, e que eles não estavam acostumados a pensar tanto. Algo que a participação contribui em muito é no fortalecimento de relações sociais, justamente pelo fator “pensar juntos”, imaginar um mundo melhor juntos, planejar e executar as ações juntamente. As relações se fortalecem em um processo educacional, coletivo. Fortaleceram-se relações nas CONs, onde outras ficaram enfraquecidas pelo volume de trabalho e pelo grau de responsabilidade compartilhada, e principalmente pela dificuldade em se trabalhar em equipe. As relações dentro das CONs se tencionaram, fortaleceram-se ou enfraqueceram-se especialmente durante a formação de facilitadores nos países africanos.

As formações foram momentos para a capacitação de professores e jovens que buscaram a ampliação dos conhecimentos e habilidades destes, por meio de processos participativos, diálogo e planejamento coletivo. Muito se discutiu sobre a temática Mudanças do Clima, mas as formações não tiveram como objetivo maior o aprimoramento do conhecimento sobre os

temas, já que isto deveria ser feito durante as pesquisas, no contexto da conferência na escola. As formações contribuíram para a ampliação de habilidades de facilitação de grupos, e para trazer a dimensão ambiental para o trabalho dos professores.

Geração de cultura participativa é um processo complexo, especialmente em países em que a própria democracia representativa é algo em construção. Talvez para estes países pudesse ser mais fácil rever a construção da democracia com base nos princípios da participação, mas o que costuma acontecer é a adaptação da experiência dos países europeus, o que, parece ser um pouco perigoso, já que são contextos, territórios, culturas completamente diferentes.

As conferências podem ter ajudado mais na aceitação de que os jovens também tem algo a dizer, e que eles sentem, agem e pensam no presente e não no futuro, algo que a frase “geração do futuro” insiste em erroneamente afirmar. Ajudaram também a atribuir ou reconhecer na escola um espaço privilegiado de participação, mas não se pode afirmar que a conferência contribuiu para a geração da cultura participativa, talvez sim, nas pessoas que participaram, e não nos espaços de decisão onde estes princípios poderiam ser absorvidos.

O amparo institucional da cooperação internacional

Em geral, a aceitação e o apoio à uma proposta de cooperação são fundamentais para que a proposta possa encontrar um espaço de interlocução internacional necessário para enraizar nos países. Sem o acolhimento da proposta na plataforma de cooperação, neste caso a CPLP, o projeto se limita a trabalhar sem o apoio dos governos centrais, o que supõem a ampliação da dificuldade dos técnicos e gestores que estarão na linha de frente do trabalho. O acolhimento da proposta não significa apenas a aceitação da mesma, o que já se pode considerar garantido já que seria difícil acreditar que os governos deixariam de aceitar uma proposta elaborada pelo governo brasileiro, e financiada pelo governo brasileiro.

O Acolhimento supõe também a oferta de contrapartidas financeiras, de indicação de interlocutores capazes de provocar a Internalização da proposta nos governos nacionais auxiliando na identificação dos pontos focais técnicos, fundamental para a implementação da proposta. Sem interlocutores capazes de mobilizar outras instituições e a sua própria é impossível seguir adiante, já que estes são os indicados oficialmente, coordenam o processo e isto deve ser respeitado. Em muitos casos são indicados interlocutores que participam em dezenas de projetos, são profissionais sobrecarregados e que em muitos casos

apresentam dificuldades em promover sinergias.

Sem a Promoção de sinergias, os projetos estão fadados a um começo meio e fim, e a cooperação se torna pontual e sem efetividade e continuidade. Sinergias devem ser provocadas entre os projetos nacionais e os de cooperação, e a cooperação devem ser incluídos no planejamento político de cada país. Caso os países não tenham condições de prever a recepção da cooperação, e incluir os projetos de cooperação técnica em suas políticas e necessidades nacionais, a plataforma diplomática deve incluir esta questão em sua estratégia de ação.

Neste sentido, a CPLP aprovou em 2009 o novo Plano Estratégico de Cooperação que se distingue do anterior especificamente no item sinergia, manifestando a necessidade de criar espaços de incentivo ao diálogo entre as ações desenvolvidas nos estados membros pela cooperação internacional. Se os estados tiverem condições, podem identificar outras ações e programas que estão sendo desenvolvidos em seus países e que podem ampliar o impacto e dar continuidade as ações.

Contrapartida é uma palavra amplamente utilizada, e muitas vezes temida pelos receptores da cooperação e ajuda internacional. Mas não é apenas a contribuição financeira, mas o respaldo político dos diplomatas e tomadores de decisão no âm-

bito internacional fortalece a atuação dos gestores e técnicos localmente. Nesse sentido, existem diversas contrapartidas, sendo as principais as financeiras, as estruturais e as técnicas. A Confint na CPLP contou com contrapartidas técnicas inicialmente, com a participação das CONs, estruturais, e finalmente com a financeira. Pode-se dizer que as contrapartidas técnicas e estruturais estimularam a contrapartida financeira, ou seja, o trabalho das CONs possibilitou as contrapartidas financeiras.

Com exceção à São Tomé e Príncipe, os demais países apresentaram contrapartidas financeiras: Timor-Leste com o financiamento da participação de um dos membros da COM na Confint, Angola e Portugal no financiamento de todo o processo nacional, Guiné Bissau com o financiamento da participação de cinco dos doze participantes na Confint, e Cabo Verde com o financiamento de parte de sua delegação à Confint, e com o financiamento da maior parte de sua Conferência Nacional, e do Seminário de Alinhamento Metodológico das CONs. Nenhuma destas contrapartidas estavam previstas inicialmente, mas comprovam o compromisso e envolvimento das autoridades nacionais.

Conclusões

Cooperação pressupõe troca, reciprocidade, intercâmbio. Pressupõe antes de tudo respeito pelas diferentes culturas, pelas distintas formas de encarar cada questão, de planejar, de implementar e de verificar resultados. Talvez seja por tudo isso que quanto mais países estiverem envolvidos em um projeto de cooperação mais complicado se torna a relação entre os diversos “cooperantes”, e talvez seja também por este motivo que a cooperação brasileira privilegie a cooperação bilateral, em detrimento à multilateral. Seria um bom objeto de estudo aprofundar sobre esta questão, especialmente para ampliar as estratégias de cooperação no âmbito da CPLP, que para além de ser um foro multilateral, possui como base de entendimento a questão lingüística e não, como outras plataformas diplomáticas, a proximidade geográfica ou interesses econômicos.

Foram muitos os momentos deste processo em que questão lingüística apareceu como um fator de mudanças no tratamento do diálogo entre os países. Ainda que seja um projeto com a base na língua portuguesa, para que as ações tivessem efetividade, em alguns países como Guiné Bissau, Cabo Verde e Timor-Leste foi necessário contar com tradutores e optou-se por realizar as formações não apenas em português, mas nas línguas nacionais. Parece que o respeito e a valorização das lín-

guas maternas atribuem ao processo uma maior qualidade no que se refere à participação, ainda que fosse comum observar que a utilização das línguas nacionais não fosse algo apreciado, em especial pelos gestores governamentais, e pela própria CPLP.

A cooperação internacional poderia favorecer o desenvolvimento de ações de valorização e normatização das línguas nacionais, acompanhada do incentivo à ampliação do uso da língua portuguesa nas escolas. O governo brasileiro pode aproveitar as experiências que vem acontecendo no Brasil a algumas décadas de formação de professores indígenas e a alfabetização bilingue nas escolas e comunidades indígenas. Com a alfabetização na língua materna, amplia a facilidade em aprender outros idiomas, e ainda conservar a diversidade idiomática e histórica das comunidades.

A gritante diversidade se configura na maior riqueza da Comunidade, e ao mesmo tempo impõem um grande desafio: o de aliar a promoção da língua portuguesa com o respeito e conservação das línguas nacionais, favorecendo suas normatizações e utilização nos processos de alfabetização primária, de jovens e adultos. A valorização da cultura local, tendo como base os aspectos históricos, lingüísticos, religiosos e relações familiares parece ser um importante princípio para um bom trabalho na área de cooperação internacio-

nal. A relação de respeito pelas singularidades das pessoas favorece o processo educacional, dialógico e intercultural.

Se não há verdadeiramente um diálogo multicultural, qualquer processo de cooperação pode se converter em mais uma ação superficial, facilmente esquecível. Ainda que o processo vivenciado pelas conferências seja considerado, inclusive oficialmente pela CPLP, como uma ação pontual, pode-se observar uma apropriação da metodologia e princípios por parte dos gestores e professores envolvidos, em grande medida pelo respeito à cultura local e clareza dos procedimentos.

Poderia ser também uma grande inovação no que se tange a formação da identidade lusófona, tão citada nos espaços de interlocução entre especialistas, políticos, diplomatas de governos, agências de cooperação e sociedade civil, que pode se afastar da verdadeira diversidade lusófona. Valorizar e assumir a diversidade lingüística é contribuir para o enraizamento da língua portuguesa nos países, de maneira sólida e não apenas como o cumprimento de diretrizes afastadas da realidade.

A escola é sem dúvida o centro das conferências. Uma ação que não deve se restringir a um evento ou uma campanha pedagógica, mas sim ser absorvida em Projetos Políticos Pedagógicos capazes de anunciar o que Paulo Freire chamou de o “sonho possível que tem a ver exa-

tamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora”, que dê liberdade aos que necessitam anunciar suas angústias, suas opiniões e propostas, que “uma prática que vive a unicidade dialética, dinâmica, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade” (Freire, 1986).

A dimensão da facilitação de grupos foi outra maneira também de trazer metodologias e atividades que podem ser utilizadas com o intuito de melhorar as aulas, que são, muitas vezes, conteudistas e sem qualquer pedagogia. Para além de trazer informações e tentar “inculcar” os conhecimentos (expressão amplamente utilizada pelos professores africanos), as ações de cooperação com estes países devem trazer metodologias, técnicas e tecnologias sociais para que as pessoas possam “aprender a aprender”. Com isso, podem buscar as fontes de informação, pesquisar em suas realidades, inovar e trazer às comunidades e grupos uma nova dimensão de diálogo, de respeito e de construção de caminhos coletivos.

Muitas perguntas ficam ainda sem resposta, e seria de suma importância avaliar os impactos da formação de facilitadores no trabalho diário destes professores: algo mudou? Conseguiram inserir em suas atividades elementos mais participativos? Foi ampliada a comunicação e o respeito pela o conhecimento e a perspectiva do

aluno? Estes 250 professores são conscientes de que existem outras metodologias pedagógicas para a educação? Todas estas perguntas permanecerão aguardando respostas, que certamente serão trazidas por meio de um intenso processo de avaliação e de seguimento da trajetória destas pessoas.

Com o fim deste ciclo, faz-se necessário o início de outro que dê continuidade às responsabilidades e ações produzidas em cada país, nos continentes e nos grupos linguísticos, de maneira a responder aos anseios gerados e aos compromissos assumidos pelos jovens e suas comunidades, durante todo o processo de conferências nas escolas regionais, nacionais e internacional. São muitas as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas, neste sentido, e que devem ser aproveitadas, como a formação de grupos organizados nas escolas, responsáveis por dar continuidade às ações, e monitorar os avanços conquistados.

Ao longo destes anos de trabalho, foram muitas as lições aprendidas: o reconhecimento da importância de fortalecer as instituições; o respeito e valorização da riqueza e especificidades culturais, étnicas, educacionais; as diversas formas de pensar e agir, etc. Com a certeza de que não há apenas uma verdade, nem verdades a serem ensinadas, e sim processos a serem compartilhados e dialogados.

Bibliografía

- ANDUIZA, Eva e Sergi de MAYA (2005): *La qualitat en la participació: una proposta d'indicadors*. Barcelona: Fundació Jaime Bofill.
- CORDIOLI, S. (2004): *Enfoque Participativo, Um Processo de Mudança*. Porto Alegre: Editora Gênese.
- DEMO, Pedro (2008): *Avaliação Qualitativa*. Campinas: Editora Autores Associados.
- FREIRE, Paulo (2003) *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo: Cortez.
- ISA-INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (2007): *Almanaque Brasil Socioambiental*. Brasil.
- LIMA, Maria Regina (2005): "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul", en *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1), páxs. 24-59.
- LOUREIRO, C. F. *Emancipação (2007): Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*, Volume 2. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MEIRA, Pablo e Michèle SATO (2005): "Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza" en *Revista de Educação Pública*, v.14, n.25, páxs. 17-31.
- MEIRA, Pablo e Marília TORALES (2008): *Investigación em Educación Ambiental: Novos Escenários para un Tempo de Cambios*. A Coruña: CEIDA.
- MOURÃO, FAA (1987): "A Cooperação Internacional e as relações entre os países" en *Revista semestral do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica PUC/RJ*.
- (1994): "A CPLP num Mundo Globalizado" en *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, num. 628, páxs. 9-22.
- PINTO, Joaquin (2004): *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Diplomático.
- SAUVE, Lucie (2002): "L'éducation relative à l'environnement: possibilites et contraintes, Connexion" en *Revista de Educação Científica, Tecnológica e Ambiental*, v. XXVII, n. 1-2, páxs. 1-4.
- STAKE, R. (2004): *Evaluación Comprensiva y Evaluación Basada en Estándares*. Barcelona: Editora Graó.